

SUMÁRIO – 6.1 PROGRAMA DE INTERAÇÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

6.	PLANO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	6.1-1
6.1.	PROGRAMA DE INTERAÇÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	6.1-1
6.1.1.	ANTECEDENTES	6.1-1
6.1.2.	EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES, SEUS RESULTADOS E AVALIAÇÃO....	6.1-3
6.1.2.1.	CRONOGRAMA GRÁFICO	6.1-8
6.1.3.	ENCAMINHAMENTOS PROPOSTOS.....	6.1-10
6.1.4.	EQUIPE RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO NO PERÍODO	6.1-10
6.1.5.	ANEXOS	6.1-11

6. PLANO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

6.1. PROGRAMA DE INTERAÇÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

6.1.1. ANTECEDENTES

A Matriz Estratégica de Engajamento Social que identifica os stakeholders para o desenvolvimento das atividades do Plano de Articulação Institucional (PAI) foi atualizada no primeiro semestre de 2013. Grande parte dela também está refletida na Matriz de Partes Interessadas, do Programa de Interação Social e Comunicação (7.2).

As Oficinas de Planejamento e Gestão passaram a ter um caráter mais pragmático, no período base do 4º Relatório Consolidado. Foram realizadas Oficinas de Identificação das necessidades da gestão municipal em relação às ações do PBA, em Brasil Novo e Anapu. Nestas ocasiões foram indicados como temas de capacitações o licenciamento e diagnóstico ambiental, gestão de sistema de água e esgoto, formulação de projetos para captação de recursos federais, operação do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV), gestão de pessoas e gestão de finanças e tributos.

Ocorreram oficinas em Vitória do Xingu, Anapu e Brasil Novo para apresentação do PBA e esclarecimentos sobre as intervenções realizadas pela Norte Energia nos municípios. Ordenamento territorial e Plano Diretor foram temas de oficina também em Vitória do Xingu.

A execução do produto Formalização de Parcerias e Convênios Solicitados pelos demais Programas, no primeiro semestre de 2013, priorizou a articulação junto à Prefeitura de Vitória do Xingu, em interface com o Projeto de Implantação de Estaleiro em Vitória do Xingu (4.5.3) para escolha de locais apropriados à implantação do estaleiro, assim como a inclusão destas áreas no planejamento municipal, no Plano Urbanístico Básico, no âmbito do Programa de Intervenção em Vitória do Xingu (5.2) e no Plano Diretor.

O PAI participou da mediação de parcerias entre a Capitania dos Portos e os municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio para viabilizar capacitações de barqueiros previstas no Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer (4.7.1).

Foi assinado Termo de Cooperação Técnica entre a Norte Energia e a Secretaria de Estado de Turismo – SETUR, em parceria com o Programa de Restituição/Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer (4.7) para a integração das ações de incremento do turismo.

O PAI mediu o Acordo de Cooperação Técnica para a operacionalização dos Aterros Sanitários de Belo Monte do Pontal (Anapu) e Belo Monte (Vitória do Xingu) em

interface com o Projeto de Saneamento em Belo Monte e Belo Monte do Pontal (5.3.19).

O esforço de captação de recursos junto à Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) para aquisição de equipamentos destinados à coleta de resíduos sólidos em Anapu foi feito em interface com o Programa 5.3.19, por meio do produto Desenvolvimento de Projetos para a Expansão da Infraestrutura e Melhoria da Qualidade dos Serviços Públicos (Programa 6.3).

Grande parte das atividades do Programa 6.1 relacionadas à Formalização de Parcerias e Convênios para Elaboração de Legislação Urbanística e Edifícia dos Municípios se referiram a interações em Vitória do Xingu e Anapu.

As ações estiveram associadas aos Planos Urbanísticos Básicos desses municípios, em interfaces com o Programa de Intervenção em Vitória do Xingu (5.2) e com o Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal (5.3). Realizou-se um levantamento em campo para atualizar as informações e orientar as ações do Empreendedor sobre a legislação urbanística que tem um papel importante no planejamento e ordenamento territorial dos municípios.

Vale ainda destacar a atuação do Programa 6.1 no apoio à elaboração dos planos diretores de Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, bem como a revisão do Plano Diretor de Altamira, sendo todos os municípios, à exceção de Senador José Porfírio, já aprovaram seus planos diretores municipais. Além da contratação de consultoria especializada para a elaboração dos PD's, esse apoio materializou-se por meio do suporte à realização de audiências públicas para apresentação dos Planos Diretores e na criação de grupos de trabalho compostos por prefeituras, câmaras, secretarias e sociedade civil para apropriação do conteúdo técnico e encaminhamento dos projetos de leis aos legislativos municipais.

6.1.2. EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES, SEUS RESULTADOS E AVALIAÇÃO

Alinhada às orientações do Ibama, a revisão do Plano de Articulação Institucional contida na Nota Técnica NE-DS-SSE-0072-0 refletiu na releitura das atividades previstas no PBA, de forma a definir áreas focais de atuação, sob uma perspectiva prática e engajada nos temas em que a Norte Energia atua na implantação do PBA.

Desta forma, a Matriz de Engajamento Social vem sendo atualizada com vistas a gerar subsídios informativos para os elementos estruturantes do PAI por meio do levantamento de informações junto aos executivos e legislativos municipais e o conhecimento das políticas públicas de cada um dos cinco municípios (Altamira, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Anapu e Senador José Porfírio). No atual período já se somam 15 visitas às Prefeituras e Câmaras municipais para a atualização desse produto.

O caráter pragmático das Oficinas de Planejamento e Gestão de Projetos foi mantido no segundo semestre de 2013. Foram priorizados temas relacionados ao PBA, apontados no período anterior. As oficinas foram preparadas para atender necessidades alinhadas com o PBA, de forma prática, realizadas em parceria entre as administrações e a equipe técnica do Gabinete de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos. Antecederam a essas oficinas cinco reuniões preparatórias com os gestores municipais da área de licenciamento ambiental para esclarecimento da importância das oficinas na otimização das rotinas administrativas dessas Secretarias.

Neste semestre as oficinas trataram dos temas licenciamento ambiental e projetos de habitação de interesse social, conforme mostra o **Quadro 6.1 - 1 – Oficinas de Planejamento realizadas nos cinco municípios.**

Quadro 6.1 - 1 – Oficinas de Planejamento realizadas nos cinco municípios

Nº	TEMA	MUNICÍPIO	QDA	RESULTADOS
1	Licenciamento Ambiental	Anapu	02	Preparação para licenciar empreendimentos
2	Licenciamento Ambiental	Brasil Novo	01	Preparação para licenciar empreendimentos
3	Licenciamento Ambiental	Vitória do Xingu	01	Preparação para licenciar empreendimentos
4	Licenciamento Ambiental	Senador José Porfírio	01	Estruturação técnica da equipe da SEMAT
5	Projeto de Habitação de Interesse Social	Altamira	01	Regularização fundiária do Bairro Nova Altamira

Fonte: Norte Energia/2013.

As oficinas de licenciamento ambiental se dedicaram a avaliar o grau de preparo das secretarias municipais de meio ambiente para as atividades de licenciamento. As prefeituras de Anapu e Brasil Novo já haviam cumprido todas as formalidades estabelecidas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) para o licenciamento.

Desenvolveram-se parcerias com as secretarias de meio ambiente de Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, onde executaram-se oficinas de planejamento das atividades de licenciamento e fiscalização ambiental. As **Figuras 6.1-1 a 6.1-4** abaixo ilustram a realização de algumas dessas oficinas.



Figura – 6.1-1 – Oficina de Planej. e Gestão de Brasil Novo.



Figura – 6.1-2 – Oficina de Planej. e Gestão de Anapu.



Figura – 6.1-3 – Oficina de Planej. e Gestão de Vitória do Xingu.



Figura – 6.1-4 – Oficina de Planej. e Gestão de Senador José Porfírio.

A estruturação dos serviços públicos por meio de oficinas de planejamento serviu também para responder à demanda da Prefeitura de Altamira. O tema da oficina neste município focou a necessidade de apoiar tecnicamente o projeto de habitação de interesse social do programa Minha Casa Minha Vida a ser construído no bairro Nova Altamira.

Realizaram-se duas reuniões e uma oficina de planejamento com a participação da consultoria jurídica do Plano de Articulação Institucional e os advogados da Procuradoria Municipal para a discussão dos processos jurídicos que decorrem da retomada do projeto.

Os cinco municípios manifestaram interesse em realizar novas oficinas de planejamento sobre os temas relacionados ao PBA como Licenciamento Ambiental, Licenciamento de Obras, Licitação, Prestação de Contas, Legislação Orçamentária,

Cadastro Único de Convênios – CAUC (atualmente denominado Sistema Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias) e Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, do Governo Federal.

Em relação ao produto Formalização de Parcerias e Convênios Solicitados pelos demais Programas, foi dada continuidade à interface com o Projeto de Saneamento em Belo Monte e Belo Monte do Pontal (5.3.19). Esta interface se deu por meio do auxílio técnico às prefeituras de Anapu e Vitória do Xingu no cadastramento via SICONV em projeto da FUNASA para aquisição de equipamentos voltados à operacionalização de aterros sanitários. A ação teve prosseguimento com o cadastramento também junto à FUNASA ¹ no programa Resíduos Sólidos Urbanos. A orientação técnica ao cadastramento se estendeu para os aterros sanitários de Altamira e Senador José Porfírio. Esta atividade materializa ainda o produto Apoio Técnico de Projetos Junto às Instâncias de Financiamento e terá continuidade no próximo período, no acompanhamento e orientação das etapas subsequentes ao cadastro de cada município no SICONV,

Ainda em interface com o Projeto 5.3.19, o PAI apoiou o cadastramento dos municípios de Vitória do Xingu, Anapu e Senador José Porfírio junto à FUNASA no programa de Melhorias Sanitárias Domiciliares para atender as áreas de Belo Monte, Belo Monte do Pontal e Ilha da Fazenda que estão recebendo o sistema de esgotamento sanitário construído pela Norte Energia.

O PAI deu prosseguimento à interface com o Programa de Apoio a Gestão dos Serviços Públicos (6.3), assessorando o município de Altamira na elaboração de projetos de habitação de interesse social para captação de recursos junto ao Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal.

O Programa 6.1 também auxiliou a articulação junto à Prefeitura de Altamira para a liberação dos Habite-se relacionados à mudança de famílias interferidas para o Reassentamento Coletivo Urbano (RUC) Jatobá construído pela Norte Energia.

A execução do produto *Formalização de Parcerias e Convênios para Elaboração de Legislação Urbanística e Edilícia* deu continuidade às ações de apoio ao ordenamento territorial. Está em curso a atualização das informações sobre as leis municipais como mostra o **Quadro 6.1 - 2 – Estágio Atual das Legislações Municipais**

¹ Os cadastramentos realizados pelas municipalidades com apoio do Plano 6 estão detalhados no Programa 6.3 e seus anexos.

Quadro 6.1 - 2 – Estágio Atual das Legislações Municipais

ITEM	LEGISLAÇÕES	ALTAMIRA		ANAPU		SENADOR JOSÉ PORFÍRIO		VITÓRIA DO XINGU	
		Nº	PUBLICADO	Nº	PUBLICADO	Nº	PUBLICADO	Nº	PUBLICADO
1	PPA - PLANO PLURIANUAL	Em tramitação	Em tramitação	210/2013	12/11/2013	Em tramitação	Em tramitação	Em tramitação	Em tramitação
2	LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	Em tramitação	Em tramitação	205/2013	03/07/2013	189/2013	04/09/2013	216/2013	12/07/2013
3	LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL	Em tramitação	Em tramitação	Em tramitação	Em tramitação	Em tramitação	Em tramitação	Em tramitação	Em tramitação
4	LEI ORGÂNICA MUNICIPAL	Não se aplica	24/11/2005	Não se aplica	15/12/2009	Não se aplica	1990	Não se aplica	15/12/1993
5	PLANO DIRETOR	2.178/11	07/04/2011	199/2013	28/03/2013	141/2006	27/10/2006	224/2013	12.12.2013
6	LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR AO PLANO DIRETOR	Não se aplica	Não se aplica	199/2013	28/03/2013	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
7	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	1.517/2003	16/12/2003	200/2013	28/03/2013	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
8	USO E PARCELAM DO SOLO	1.518/03	16/12/2003	201/2013	28/03/2013	Não possui	Não possui	183/2010	17/12/2010
9	CÓDIGO DE POSTURA	1.514/03	08/12/2003	173/2010	18/10/2010	Cópia manuscrita	Cópia manuscrita	180/2010	22/11/2010
10	CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÃO	1.394/97	27/06/1997	190/2011	12/12/2011	Não possui	Não possui	006/1993	29/03/1993
11	PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
12	PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	Não possui	Não possui	Não Possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui

Fonte: Prefeituras municipais. Elaboração Doc Ambiental/2013.

No período foram realizadas 15 visitas às cinco prefeituras e câmaras municipais para levantar a atual situação das legislações municipais e ter acesso aos documentos legislativos impressos e digitais. De posse de tais informações será possível o apoio efetivo à elaboração de minutas das leis complementares aos planos diretores dos cinco municípios. Serão formadas equipes de trabalho pela Norte Energia e integrantes das procuradorias municipais, das assessorias jurídicas das câmaras municipais e vereadores com vistas a apoiar a elaboração da legislação urbanística e edilícia que decorre dos planos diretores.

O Termo de Referência para a criação de um Plano de Desenvolvimento Microrregional Sustentável foi reapresentado e aprovado pelos representantes dos municípios na 9ª reunião do Gabinete de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos, como mostra o **Anexo 6.1 - 1 – Termo de Referência**. Na próxima reunião do Gabinete será apresentada Nota Técnica sobre parcerias e convênios para elaboração do Plano.

Conforme encaminhamentos feitos no semestre anterior para a implementação do Plano, a criação da Entidade Microrregional de Desenvolvimento Sustentável foi pauta de discussão pelos representantes dos municípios durante reuniões do Gabinete de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos.

A criação de uma entidade no formato de fórum foi aprovada por unanimidade nas duas últimas reuniões do Gabinete de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos, assim como a minuta de seu Regimento Interno, conforme mostra o **Anexo 6.1 - 2 – Nota Técnica**.

O Fórum Microrregional de Desenvolvimento Sustentável é uma instância de articulação dos cinco municípios e pode interagir sem conflitar com entidades existentes como o Consórcio Belo Monte de Municípios. O Fórum debaterá o Plano de Desenvolvimento Microrregional Sustentável que será o marco inicial da atuação da nova entidade.

Para assegurar a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos em capacitações e cursos (escopo do Programa 6.2) nas *Rotinas Administrativas* dos municípios, estão sendo realizadas avaliações com os técnicos, gestores e secretários municipais que participaram desses eventos. Essas avaliações permitiram identificar os resultados alcançados pelos cursos e consultorias, o avanço na otimização das rotinas administrativas e a qualificação alcançada no serviço público nas áreas de habitação, saneamento, mobilidade urbana, legislação orçamentária, educação e assistência social.

Quadro 6.1 - 3 – Relação de Produtos Encaminhados ao IBAMA ou outros órgão no Período do 5º RC

TIPO DE PRODUTO	TÍTULO E CÓDIGO	ASSUNTO	DATA	DESTINATÁRIO	DOCUMENTO DE ENCAMINHAMENTO
Nota Técnica	NE-DS-SSE-	Plano de Trabalho Revisão do Plano de	23/10/2013	IBAMA	CE 0419/2013-DS

TIPO DE PRODUTO	TÍTULO E CÓDIGO	ASSUNTO	DATA	DESTINATÁRIO	DOCUMENTO DE ENCAMINHAMENTO
	0072-0	Articulação Institucional			

6.1.2.1. CRONOGRAMA GRÁFICO

O cronograma gráfico é apresentado na sequência.

PACOTE DE TRABALHO: 6.1 Programa de Interação e Articulação Institucional

Atividades Produtos		Cronograma																							
		2011				2012				2013				2014				2015				2016			
Item	Descrição	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
CRONOGRAMA DO PACOTE DE TRABALHO																									
6	PLANO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL																								
6.1	Programa de Interação e Articulação Institucional																								
1	Identificação das principais instituições e ações governamentais em desenvolvimento identificados																								
2	Realização de oficinas de planejamento e gestão de projetos																								
3	Formalização de parcerias e convênios solicitados pelos demais programas																								
4	Formalização de parcerias e convênios para a elaboração de legislação urbanística e edilícia dos municípios, solicitadas pelo Programa de Fortalecimento da Administração Pública																								
5	Elaboração de termo de Referência do Plano de Desenvolvimento Microrregional, se requerido pelo Programa de Fortalecimento da Administração Pública																								
5.1	Elaboração da Minuta (alterado)																								
5.2	Validação com os municípios (alterado)																								
6	Elaboração do termo de referência (alterado)																								
7	Apoio técnico aos municípios na proposição de projetos junto às instâncias de financiamento, sempre que solicitado nas oficinas de planejamento																								
8	Implantação de rotinas administrativas																								
9	Relatório de acompanhamento (RGME)																								
10	Relatórios de resultados (Desenvolver indicadores para ver como os programas estão andando).																								

Desvio do rio pelo vertedouro (sítio Pimental) ▼

Início enchimento Reserv. Xingu - Emissão prevista da LO da casa de força complementar ▼

Início geração comercial da 1ª UG CF Complementar ▼

Enchimento Reserv. Interm. - LO Casa de Principal (Belo Monte) ▼

Entrada operação última UG da CF Complementar ▼

Início geração comercial CF Principal ▼

Informação do PBA
 Alteração proposta pela NORTE ENERGIA no documento NE-DS-SSE-0017-NTPAI enviada ao IBAMA em 4/4/2012
 Realizado/Andamento
 Previsto até o fim do produto

6.1.3. ENCAMINHAMENTOS PROPOSTOS

Para potencializar o teor pragmático das Oficinas de Planejamento e Gestão será necessário priorizar nas próximas o mesmo público alvo das capacitações realizadas no segundo semestre de 2013, de forma a consolidar os conhecimentos adquiridos e garantir a aplicabilidade dos mesmos nas rotinas administrativas dos municípios.

Para a implementação do Fórum Microrregional de Desenvolvimento Sustentável faz-se necessário realizar a sua primeira assembleia para aprovação do regimento interno, escolha do secretário e início dos debates sobre o Plano de Desenvolvimento Microrregional Sustentável. Essa primeira assembleia deverá ser marcada na 12ª reunião do Gabinete de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos, que está prevista para 22/01/2014.

O debate sobre parcerias e convênios para elaboração do Plano de Desenvolvimento Microrregional Sustentável deverá ser feito pelo Fórum Microrregional de Desenvolvimento Sustentável.

O produto Formalização de Parcerias e Convênios para Elaboração de Legislação Urbanística e Edilícia será concluído até o final de janeiro de 2014, com a inclusão dos dados de Brasil Novo.

As Rotinas Administrativas mais prementes em face da implantação do empreendimento envolvem a gestão e operacionalização dos aterros sanitários de Altamira e Vitória do Xingu, a gestão da remediação do lixão de Altamira, o licenciamento ambiental municipal de obras e o licenciamento de obras (emissão de alvarás). Esses temas deverão ser priorizados nas oficinas de planejamento e gestão.

6.1.4. EQUIPE RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO NO PERÍODO

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL - CTF
Mário Augusto Cintra Ramos	Historiador	Coordenador Técnico	-	1496125
Raimundo Nonato Barbosa Sena	Jornalista/Bacharel e Licenciado em Filosofia	Consultor Técnico em Comunicação	DRT/PA 1277	5903644
Lucinda Freitas de Assis Sena	Arquiteta/Urbanista	Consultora Técnico Urbanista	CAU A18462-4	5903642
Thiago Higino Lopes da Silva	Advogado	Consultor Técnico Jurídico	OAB/MG 139.316	5906529
Tiago Lucas de Oliveira	Geógrafo	Consultor Técnico Geoprocessamento e Banco de Dados	CREA 1410472310	5944063

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL - CTF
Alexandre Alvim Araújo	Geógrafo	Consultor Técnico Geoprocessamento e Banco de Dados	–	1520394
Ana Isabel Rodrigues Alhadef	Socióloga	Consultora Técnica em Sociologia	–	5476311
Nadime Jorge Sauaia Pereira Martins	Bacharela/Direito	Consultora Técnica Jurídica	–	5903646

6.1.5. ANEXOS

Anexo 6.1 - 1 – Termo de Referência do Plano de Desenvolvimento Microrregional.

Anexo 6.1 - 2 – Nota Técnica do Fórum Microrregional de Desenvolvimento.